



Memorando nº 069/2020

Gaspar, 15 de novembro de 2020.

A Senhorita
Daniela Barkhofen
Diretoral Geral de Compras e Licitações

ASSUNTO: RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA IHATEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES (00.612.686/0001-71), REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2020 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 257/2020.

Prezada Diretora,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através responder a impugnação apresentada pela empresa **IHATEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES (00.612.686/0001-71)**.

Antes de analisar o mérito da peça impugnatória propriamente dita, é preciso destacar alguns pontos de vital importância para elaboração, análise e interpretação de um Edital.

O primeiro destaque é sobre os objetivos da licitação, a doutrina é pacífica ao acentuar os traços essenciais e suas finalidades para o êxito de um Processo Licitatório, quanto a isso é interessante apresentar algumas das referências citadas pelos doutrinadores da obra de Meirelles.

Carlos Medeiros Silva preleciona: "A finalidade da concorrência pública (licitação) é precisamente a de, mediante publicidade adequada, limitar o arbítrio, restringir o âmbito das opções, cercear a livre escolha dos candidatos, tornar objetivos os requisitos das propostas, a fim de impedir soluções pessoais e que não sejam inspiradas no interesse público" ("Parecer" in RDA 79/465, apud, MEIRELIES, 2007, 27).

J. Nascimento Franco-Niske Gondo dizem: "Trata-se de um processo que a um só tempo restringe o arbítrio do agente do Poder Público na seleção dos seus fornecedores, enseja a todos os interessados igualdade de condições na apresentação do negócio e impõe a escolha do que apresentar a melhor proposta" (FRANCO; GONDO, 1969, apud, MEIRELIES, 2007, 27).

Carlos Ari Sundfeld conceitua licitação como "o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público" (SUNDFELD, 2005, apud, MEIRELLES, 2007, p. 27)

Celso Antônio Bandeira de Mello em síntese sobre Licitação profere o seguinte ensinamento, vejamos:

Celso Antonio Bandeira de Mello, "Licitação - em suma síntese - é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual



abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preenchem os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir". (MELLO, Curso de Direito Administrativo, 2004. p. 483.)

Em resumo a tudo o que foi exposto, o conceito de licitação de José dos Santos Carvalho Filho (2007, p. 209) deixa claro e de forma objetiva, o conceito e a finalidade da licitação, conceituando-a como:

[...] o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

Em outras palavras, pode-se dizer que a licitação tem como objetivo: a) garantir que todos os interessados possam participar do processo em condições iguais (princípio da isonomia); b) selecionar a proposta mais vantajosa, que como é muito bem esclarecido na obra de Meirelles, têm-se como regra geral o menor preço, (MEIRELLES, 2007, p. 30); c) a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Com relação ao argumento da empresa **IHATEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES (00.612.686/0001-71)**, de que existem indícios de direcionamento e que beneficia determinadas proponentes e, conseqüentemente, impedem e frustram o caráter competitivo da licitação, cabe ressaltar que, no decorrer do processo administrativo, foram efetuados orçamentos com diversas empresas, demonstrando-se que, existem sim outras marcas que podem atender ao descritivo no edital.

Ressalta-se que, o descritivo foi feito de acordo com as necessidades de atendimento que os profissionais de saúde necessitam para prestar e atender as demandas de cuidado do paciente.

Ademais, não compete às empresas interessadas no certame imiscuir-se na conveniência ou na oportunidade dos atos praticados no âmbito do setor requerente.

Como se pode verificar as regras do Edital estão de acordo com a Constituição Federal e não possui nenhuma irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, da Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 9.085/2019, Decreto Municipal nº 1.731/2007, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 7.241/2016, sendo que na omissão das Leis, o Edital está resguardado na mais seleta doutrina pátria, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Diante disto, dentro da margem de discricionariedade, decide-se pelo INDEFERIMENTO ao ato impugnatório, julgando IMPROCEDENTE a presente impugnação, sendo pertinente que, as regras permaneçam intactas no edital do processo de licitação sem que haja prejuízos na competitividade.

Atenciosamente,


ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde